

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.523 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2002

## Congresso faz esforço para votar LDO na próxima semana

“Não podemos entrar em recesso no mês de julho sem aprovar a LDO”, afirmou o presidente do Senado, Ramez Tebet, ao anunciar a intenção de colocar a Lei de Diretrizes Orçamentárias em votação pelo Congresso ainda este mês. Tebet lembrou que a LDO é indispensável para se elaborar o Orçamento de 2003.

PÁGINA 3



### Aprovados planos de carreira do Judiciário e do MP

Acordo entre as lideranças partidárias permitiu que o Senado aprovasse ontem os projetos que reestruturam os planos de carreira do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. As propostas serão encaminhadas à sanção do presidente da República. Indicado relator em Plenário, o senador Romero Jucá apresentou parecer favorável depois de esclarecer que os projetos não feriam dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PÁGINA 3

O consumidor e a juventude devem ganhar dias nacionais: o Plenário do Senado também aprovou ontem essas datas comemorativas

### Projeto reforça combate ao câncer de próstata

O senador Sebastião Rocha pretende facilitar à população masculina de mais de 50 anos a realização de exames para detecção precoce do câncer de próstata. Ele afirmou ontem que vai apresentar projeto de lei que estimula parcerias com esse objetivo entre secretarias estaduais e municipais de Saúde.

PÁGINA 7

### Tebet propõe alíquota zero para cesta básica

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem a apresentação de projeto de resolução que determina alíquota zero para o ICMS cobrado de 17 produtos alimentícios que integram a cesta básica.

PÁGINA 6

Em seu discurso, Tebet propôs também a união dos três Poderes para enfrentar o problema da violência



Fotos: José Cruz

# Machado: parlamentares devem propor modelo para Previdência

Senador alerta sobre gravidade de déficit do sistema e afirma confiar na capacidade do Congresso em negociar soluções criativas com governo, patrões e empregados

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) chamou a atenção para o “desenfreado déficit da Previdência Social”, resultado de uma situação em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reúne 26,7 milhões de contribuintes contra 40 milhões de trabalhadores que não contribuem, número que continua a crescer. Para a solução do problema, ele mostrou confiança na “responsabilidade cívica” dos parlamentares e em seu “compromisso para com as gerações futuras”. Os congressistas deverão ter criatividade e definir novo modelo de financiamento para o sistema previdenciário, após ouvir representantes do governo, da



Cresce número de trabalhadores que não contribuem com INSS, diz Machado

classe patronal e dos empregados.

O parlamentar citou trabalho do professor José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP), segundo o qual em 2001 havia 40 milhões de trabalhadores sem car-

teira assinada no Brasil. Desse total, 18 milhões não contribuíam para a Previdência por falta de condições, enquanto o restante não contribuía por trabalhar por conta própria, exercer atividades ilegais ou ser empregado doméstico sem vínculo empregatício.

— Em 1989, 58,9% da população economicamente ocupada tinha carteira assinada e contribuía para o INSS. Em 2001, essa proporção estava em 45% — afirmou o senador, citando os dados do estudo.

Outro estudo citado pelo senador é do professor José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

(PUC-RJ), que aponta distorções no pagamento de aposentadorias. Divulgado em fevereiro, o estudo indica que apenas 7% do dinheiro gasto no pagamento de aposentadorias fica com os 20% mais pobres, sendo que os 20% mais ricos recebem quase um terço do total.

— Enquanto os 10% mais ricos continuarem a se apropriar de quase metade da renda nacional, ficando a outra metade para os 90% restantes, será muito remota a hipótese de se salvar a Previdência sem onerar a produção, sem comprometer as exportações, sem descompassos fiscais e sem provocar sérios abalos no mercado como um todo — avaliou Sérgio Machado.

## Lançado livro histórico sobre senadores potiguaros

Em grande evento na noite de ontem, o Senado Federal promoveu, na 1ª Bienal Nacional do Livro de Natal, lançamento do livro *Parlamentares do Rio Grande do Norte — Senadores do Império à República, Vol. 1*, de autoria do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia. Estiveram presentes políticos e acadêmicos do estado e representantes de instituições como a Fundação José Augusto e o Instituto Histórico e Geográfico do estado. Estiveram presentes aos eventos ex-senadores potiguaros como Garibaldi Alves Filho, Lavoisier Maia, Dario Pereira, José de Souza Martins Filho.

A Comissão das Feiras de Livro, responsável pela participação do Senado em eventos literários, entregou à Biblioteca Pública Câma-

ra Cascudo, do governo do estado, aproximadamente 100 títulos do Catálogo de Publicações da Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Entidades de portadores de deficiência visual receberam de Agaciel Maia a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, Constituição Federal, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Lei de Doação de Órgãos transcritos para o braile.

### PARLAMENTARES

Em 160 páginas, o primeiro volume da publicação lançada ontem traz biografias dos 47 senadores do Rio Grande do Norte desde a inauguração do Senado Federal. O livro contém reprodu-



Agaciel Maia conversa com estudantes no estande do Senado na Bienal do Livro em Natal

ção de documentos e gravuras históricas, como um manuscrito com o texto de posse dos senadores durante o Império e uma gravura inédita do imperador Pedro II em seu leito de morte.

— A obra resgata 176 anos de história política no Rio Grande do Norte — afirmou Agaciel, que em breve pretende publicar o segundo volume, com biografias dos deputados do estado.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2002

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira  
14h30 — Sessão não deliberativa

### Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLC nº 53/02, que dispõe sobre redução da duração do curso técnico em radiologia; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01 que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01) que institui a reforma do Judiciário; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02 que permite o voto dos presos; PDL nº 8/02 que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Costa Rica sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico; PDL nº 9/02, que aprova texto do Acordo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América relativo à cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; e PR nº 10/01 que estabelece que presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária.

### Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01 que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01) que institui a reforma do Judiciário; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02 que permite o voto dos presos; PDL nº 219/01 que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Alberto Fujimori; entre outras matérias.

### Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01) que institui reforma do Judiciário; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02 que permite o voto dos presos; entre outras matérias.

### Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

## TV Senado mostra vídeo sobre tráfico de drogas

A TV Senado apresenta neste fim de semana o documentário *Notícias de Uma Guerra Particular*. O vídeo, produzido por Kátia Lund e João Moreira Salles, mostra a expansão do tráfico de drogas a partir da década de 80 no Rio de Janeiro. Também enfoca o trabalho dos policiais no combate ao narcotráfico, além da situação dos moradores das comunidades carentes que vivem sob o domínio dos traficantes. O filme vai ao ar hoje às 23h, com reprise amanhã às 22h30 e no domingo às 23h.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Aprovados planos de carreira do Poder Judiciário e do MP

Acordo entre todas as lideranças partidárias permitiu a aprovação, ontem, de projetos de lei da Câmara que prevêem a reestruturação dos planos de carreira do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. As propostas irão agora à sanção presidencial.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, foi indicado relator dos projetos em Plenário e apresentou parecer favorável a eles, após deixar claro que não feriam dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A celebração do acordo entre as lideranças foi elogiada pela senadora Emília Fernandes (PT-RS) e pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que lembrou a necessidade de sanção dos projetos antes do fim dos prazos previstos na legislação eleitoral para que as mudanças sejam implementadas ainda neste ano.

Os dois projetos que tratam da remuneração da magistratura e dos integrantes do Ministério Público da União fixam em R\$ 3.950,31 o vencimento básico tanto de ministro do Supremo Tribunal Federal como de procurador-geral da República. Estabelecem ainda que o valor do abono variável concedido em 1998 passa a corresponder à diferença entre a remuneração mensal recebida e a decorrente do projeto aprovado.

O projeto que reestrutura as car-



Conforme Romero Jucá, projetos não ferem dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal

reiras dos servidores do Judiciário determina que o desenvolvimento nas carreiras ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Cada órgão do Judiciário destinará no mínimo 80% das funções comissionadas a servidores integrantes das carreiras judiciárias da União. O projeto relativo ao Ministério Público da União estabelece que os ocupantes das carreiras de analista e técnico executam atividades exclusivas de Estado.

O Plenário acolheu ainda projeto do Executivo que garante a servidores do quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o reposicionamento em tabelas de vencimentos dos dois órgãos do governo.

## Moreira Mendes saúda contrato para estradas em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou em Plenário, ontem, a assinatura de um contrato entre o governo de Rondônia e a Cooperação Andina de Fomento que irá viabilizar a construção de 307 quilômetros de estradas estaduais. Essa operação de crédito externo, orçada em US\$ 35 milhões, equivalente a cerca de R\$ 100 milhões, vai beneficiar mais de 30 municípios, alcan-



Moreira Mendes elogia atuação do governador de Rondônia, José Bianco

çando quase metade da população do estado.

– Apesar da dificuldade para aprovar essa operação, o fato se consumou e os recursos vão trazer amplos benefícios para Rondônia – comemorou.

Moreira Mendes creditou a celeridade na tramitação do contrato no Ministério da Fazenda e na Secretaria do Tesouro Nacional à postura do governador de Rondônia, José Bianco, como homem público. Segundo o senador pefelista, Bianco sempre sobressaiu, à frente do estado, pela “retidão, decência e transparência no trato da coisa pública”. Na sua opinião, os avanços obtidos pela atual administração nas áreas de educação e estímulo à produção vão culminar nos investimentos na malha viária do estado.

– José Bianco sabe como aplicar o dinheiro público e o faz com responsabilidade – afirmou.

## Congresso tenta acordo para votar LDO ainda este mês

Ramez Tebet lembra que aprovação da matéria condiciona o início do recesso e é indispensável para a elaboração do Orçamento de 2003

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou em entrevista à imprensa, ontem, que o Congresso fará na próxima semana um esforço para que seja votado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003. Pela Constituição, deputados e senadores só entram em recesso, em julho, depois de aprovar a lei que orienta a elaboração do Orçamento da União para o ano seguinte.

– Não podemos entrar em recesso no mês de julho sem aprovar a LDO. Além disso, a aprovação da matéria é indispensável para a elaboração do Orçamento de 2003 – salientou.

A votação do projeto da LDO vem sendo obstruída desde a semana passada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públi-

cos e Fiscalização pelo PDT, PT e PCdoB. Para suspender a obstrução, esses partidos querem que os líderes da base do governo aceitem votar alguns projetos de interesse das oposições, entre eles o que aumenta os salários dos técnicos e auditores da Receita Federal.

Além disso, a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias não andou nesta semana por falta de acordo entre os parlamentares e o governo em torno do reajuste para o salário mínimo, que entrará em vigor em abril do próximo ano. O PT insiste em colocar na LDO um artigo prevendo que o mínimo subirá dos atuais R\$ 200 para R\$ 240, o que não é aceito pelo Executivo. As lideranças partidárias da base do governo chegaram a fazer um

acordo sobre o mínimo, mas depois retiraram os termos do acordo, porque o Executivo alegou que não tem como obter R\$ 8,6 bilhões para bancar os gastos do INSS com um mínimo aumentado em 20%. As lideranças tentaram chegar a um acordo na manhã de terça-feira.

Questionado por jornalistas sobre a aprovação pelos senadores de projetos que reestruturam os planos de carreira do Judiciário e do Ministério Público da União, Ramez Tebet disse que o Judiciário é um Poder autônomo, com orçamento próprio. Ele também sustentou que não existe qualquer movimento no Congresso para aumento dos salários dos parlamentares a partir do reajuste que os magistrados terão com o projeto aprovado pelo Senado.

## Consumidor e juventude terão dias nacionais

O Plenário aprovou ontem a criação do Dia Nacional do Consumidor – a ser comemorado em 15 de março – e do Dia Nacional da Juventude – a ser celebrado em 12 de agosto de cada ano. Provenientes da Câmara, ambos serão agora encaminhados à sanção presidencial.

De acordo com o projeto que estabelece o Dia Nacional do Consumidor, com parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES), os órgãos federais, estaduais e municipais de defesa do consumidor deverão promover festividades, debates e palestras com o objetivo de divulgar os direitos previstos em lei. Durante a discussão da matéria, o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que todos os dias deveriam ser dias do consumidor.

No dia 12 de agosto, escolhido para ser a data nacional da população jovem, serão comemorados quatro anos da aprovação da Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas da Juventude. O documento contém compromissos pelo estabelecimento de políticas nacionais de juventude, com ênfase em te-

mas como educação, emprego e luta contra as drogas. Em seu parecer favorável, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), relator da matéria, disse que, diante desse compromisso, o Brasil “deve tomar posição em favor de sua imensa população de jovens”.

Durante a sessão de ontem, foram discutidas três propostas de emenda à Constituição: a que estabelece a reforma do Poder Judiciário, a que limita o total de despesas do Poder Legislativo municipal em percentuais da receita corrente líquida de cada prefeitura, que variam de acordo com a população local – de autoria do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) – e a que procura garantir a imparcialidade da nomeação de juízes para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os tribunais regionais eleitorais, apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O Plenário acolheu ainda sete projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Foi outorgada concessão à



Gerson Camata deu parecer favorável ao Dia Nacional do Consumidor

Cabugnet Comunicações para explorar serviço de televisão em Natal (RN). Poderão operar serviços em frequência modulada a Fundação Educativa e Cultural de Coroatá (MA) e a Fundação Cantares de Salomão, em Cuiabá (MT). Foram ainda autorizadas a operar serviços de radiodifusão comunitária as seguintes entidades: Sociedade dos Ecologistas de Tambaú (SP); Associação Comunitária e Cultural Nascente do Vale, de Alfredo Wagner (SC); Associação Comunitária São Francisco, em Laranjeiras do Sul (PR); e Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz no Valle FM, em Camboriú (SC).

# Congresso deve acompanhar acordo comercial com exterior

Conforme proposta aprovada ontem pela CCJ, negociações com outros países só serão fechadas com permissão do Legislativo

Proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aumenta os poderes do Congresso sobre as negociações de acordos comerciais com outros países. Pela proposta, o Executivo terá de informar aos parlamentares toda vez que iniciar negociações e, para a assinatura final, o Congresso terá de aprovar a autorização. Atualmente, o Executivo assina os acordos e só depois os submete à aprovação dos congressistas.

A proposta é do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que recebeu parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PPS-RS). Conforme Fogaça, a mudança segue a tendência das democracias modernas de maior ingerência do Legislativo nos assuntos de política externa. Ele lembra que a criação de blocos comerciais, como o Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), afeta substancialmente a vida de todos, e o Congresso precisa opinar sobre o que está sendo negociado.

— Com a medida, estamos inaugurando uma nova era na vida institucional do país — disse Fogaça. Para ele, a mudança irá fortalecer significativamente o Congresso brasileiro, a exemplo do que ocorre com os parlamentos de países desenvolvidos.

Fogaça cita como exemplo os Estados Unidos, onde os parla-



José Cruz



Roosevelt Pinheiro

Roberto Requião é autor da proposta, relatada por José Fogaça e que precisa ainda ser votada em dois turnos pelo Plenário do Senado

mentares votam até mesmo resoluções de desaprovação de acordos comerciais. No caso brasileiro, se aprovada a mudança constitucional, deputados e senadores poderão fazer alertas ao governo e, ante a insistência do Executivo, o Congresso terá o poder de não aprovar o “relatório autorizativo”, sem o qual o acordo não poderá entrar em vigor.

## DEMOCRACIA

O projeto prevê que o presidente da República será obrigado a passar informações ao Congresso desde o momento em que começar negociações com outro país, cabendo aos parlamentares acompanhar os acertos. Assim que as negociações terminarem, o Congresso terá 30 dias para se manifestar sobre a conveniência ou não de sua assinatura. Ao lon-

go dos acertos, os congressistas poderão alertar o governo sobre detalhes que possam ameaçar a democracia ou interferir no papel constitucional dos parlamentares.

O autor, Roberto Requião, pondera que a mudança exigirá do Congresso a montagem de estrutura leve e ágil para examinar todas as propostas de acordos comerciais, especialmente as relacionadas à Área de Livre Comércio das Américas e as de ingresso brasileiro no bloco econômico da União Européia, além do fortalecimento do Mercosul.

A proposta de emenda constitucional será submetida agora a duas votações no Plenário e, se aprovada, será remetida ao exame dos deputados, que também a votarão em dois turnos.

gar a instalação da primeira escola técnica da região. Fez também apelo para que sejam liberados os recursos destinados à conclusão da BR-156, ligando Macapá a Laranjal do Jari, e elogiou a iniciativa privada na instalação do cabo subaquático, de 4,5 quilômetros de extensão, que vai levar energia elétrica de Tucuruí para as populações da margem esquerda do Rio Amazonas.

Ao falar sobre a necessidade de desenvolvimento da região amazônica, Rocha destacou proposta de sua autoria que prevê a criação da Bolsa Ambiental — salário que seria pago ao extrativista para que ele proteja a floresta. A Bolsa Ambiental, explicou, teria o valor de um salário mínimo e seria um marco na defesa do morador da Amazônia.

aérea no trecho Belém-Monte Dourado. Quando a empresa Meta, outra companhia aérea regional, passou a operar no mesmo trecho, a Nordeste reduziu o preço da sua passagem para R\$ 99. Devido ao preço baixo do bilhete, a Meta teve de deixar de operar naquela linha. Sozinha no setor, relatou o senador, a Nordeste elevou o preço da passagem para R\$ 320, o que caracteriza operação de *dumping*, disse Sebastião Rocha.

## RODOVIA

O senador fez apelo à prefeitura de Laranjal do Jari (AP) para que defina logo a área que vai abri-

## Rocha denuncia “dumping” da empresa aérea Nordeste

A companhia aérea regional Nordeste vem praticando operação de *dumping* no Norte do país para estabelecer na região o monopólio em algumas linhas, denunciou da tribuna do Plenário o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Segundo informou, o Departamento de Aviação Civil (DAC) já está sendo comunicado por ele sobre o procedimento da empresa. O *dumping* caracteriza-se pela venda de um produto a preço mais baixo do que os custos, com a finalidade de eliminar os concorrentes.

Rocha relatou que a Nordeste cobrava R\$ 120 pela passagem

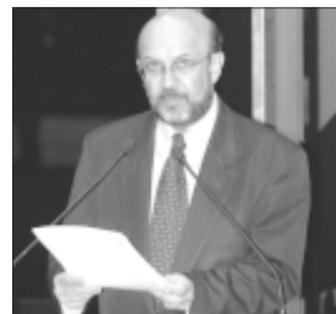
## Projeto regulariza escritura dos terrenos de marinha

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou quarta-feira, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que permite a regularização de escrituras públicas antigas, outorgadas a adquirentes de imóveis conceituados como “terrenos de marinha e seus acrescidos”. A medida beneficiará, principalmente, cidades localizadas em ilhas, como Vitória (ES) e Florianópolis (SC).

O projeto altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, originada pela Medida Provisória nº 1.567, que tratava da regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, segundo explicou o relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA), que apresentou parecer favorável à proposta.

## CADEIA DOMINIAL

De acordo com o projeto aprovado pela CCJ, o artigo 44 da lei passaria a considerar válidas, para todos efeitos legais, inclusive para a transferência do domínio pleno dos imóveis, as escrituras públicas concernentes à alienação da propriedade de terrenos e acrescidos de marinha que, devidamente registradas no cartório de imóveis, atendam ainda às seguintes condições: refiram-se a imóvel cuja cadeia dominial compro-



Roosevelt Pinheiro

O projeto, de Ricardo Santos, beneficia especialmente os municípios localizados em ilhas

vadamente tenha início em data anterior à vigência do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; e tenham sido outorgadas até 15 de fevereiro de 1997 (data em que entrou em vigor a medida provisória sobre o assunto); e digam respeito a áreas de aterros artificiais construídos e alienados por estados e municípios.

Segundo o relator, a proposta de Ricardo Santos tem como objetivo fundamental “sanar a omissão legislativa em face de situações constituídas ao sabor do tempo em que reinou verdadeiro caos na conceitualização clara e evidente do que vem a se reconhecer como terrenos de marinha e seus acrescidos”. O projeto, acrescentou, visa produzir uma legislação “compatível com o grau de distribuição de justiça esperado pela sociedade”.



A *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão — 0800-661-2211 — e autorizando a publicação.

Fabiano Nascimento de Oliveira (Santa Bárbara — MG) pergunta:

Qual a sua opinião em relação aos alimentos transgênicos?

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) responde: Os alimentos transgênicos são uma realidade no mundo moderno. Não é possível retardar esse passo gigantesco da biotecnologia que pode melhorar as condições de nutrição, a produção de matérias-primas e os alimentos para a população. A Embrapa fez uma experiência enriquecendo com proteínas e nutrientes diversos a mandioca e outros alimentos que fazem parte da dieta tradicional de populações hoje atingidas pela fome. Os alimentos transgênicos são uma grande esperança para que se possa cumprir o objetivo da Organização das Nações Unidas de reduzir o contingente de quase 400 milhões de famintos que existem no mundo. A técnica também pode tornar determinadas plantas resistentes a pragas, reduzindo a necessidade de aplicação de defensivos agrícolas altamente danosos. Além disso, o Brasil dispõe de legislação moderna, abrangente e adequada ao controle da produção de alimentos geneticamente modificados.

## Lauro quer garantir qualidade na construção de rodovias

Senador propõe que empresas sejam responsáveis pela obra executada por período de no mínimo cinco anos

As empresas contratadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) podem tornar-se responsáveis pela qualidade da obra executada por um período de no mínimo cinco anos, conforme projeto do senador Lauro Campos (PDT-DF) que também determina que elas sejam obrigadas a recuperar componentes que apresentem sinais de deterioração precoce.

A proposta aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após o que deverá ser distribuída a um relator. A matéria tramita em caráter terminativo: cabe à CCJ dar a última palavra do Senado sobre o assunto se não for reque-



Lauro Campos: algumas obras se desgastam em pouco tempo

rida sua votação em Plenário.

Para responsabilizar as empresas, Lauro Campos propõe alterar a lei que reestrutura os transportes no Brasil, pela qual cabe ao DNIT fiscalizar o cumprimento das condições contratuais quanto às especificações técnicas, preços e reajustamentos, prazos e

cronogramas de execução.

Na justificativa da proposta, o senador manifestou sua preocupação com "o fato de algumas obras de engenharia rodoviária contratadas pelo poder público exibirem, muito cedo, sinais de desgaste intenso, pouco prováveis de ocorrer caso a execução tivesse seguido rigorosamente as especificações técnicas e os procedimentos indicados".

Para Lauro Campos, a alteração legal constitui "uma espécie de garantia do serviço que a União contrata com terceiros para a execução de obras na parcela da malha rodoviária sob sua responsabilidade", beneficiando diretamente o poder público e os usuários.

## Suplicy aplaude o acordo entre PT e PL

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou ontem a aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL), que vai garantir a chapa Luiz Inácio Lula da Silva-José Alencar para a disputa da Presidência da República. Suplicy elogiou o grande esforço de Lula e Alencar para sacramentar a aliança, que será formalizada pela convenção nacional do PL neste domingo, e pelo PT no dia 29.

Em aparte, o senador José Alencar (PL-MG) classificou a aliança como o mais importante momento da história republicana recente do Brasil, "uma aliança histórica entre dois partidos de ideologias diferentes", mas que, segundo ele, deverão governar com o ideal de reconstrução do país, de



Suplicy: "Lula e José Alencar podem fazer a justiça social"

respeito à coisa pública, de criação de oportunidades e de reversão do ciclo migratório:

— O Brasil era um país que recebia imigrantes, que vinham de seus países em busca do eldorado brasileiro, uma terra de oportunidades. Foi assim que boa parte da população brasileira se formou. Hoje a realidade é diferente, são os brasileiros que saem do país, abandonam a pátria, em busca de trabalho, de oportunidades que não conseguem aqui. É preciso reverter esse quadro — disse Alencar.

p

Eduardo Suplicy e José Alencar fizeram uma reconstituição de todo o esforço político dos últimos dias para a consolidação da aliança. Suplicy falou sobre a tra-

jetória política de Lula, desde os tempos de jovem sindicalista, um dos mais importantes da História, quando revelou-se negociador firme e habilidoso ainda no tempo da ditadura, chegando a ser preso. E citou José Alencar como um grande empresário com visão social, que emprega 16 mil pessoas. "Juntos, podem fazer a justiça social que este governo, o governo de Fernando Henrique, não fez", disse o senador paulista.

José Alencar alertou seus colegas empresários — "eles, os meus colegas, têm que acordar", disse. E, como exemplo de política econômica desastrosa do atual governo, citou o fato de que houve abertura aduaneira exagerada para o setor de autopeças, enquanto as montadoras foram mais protegidas.

Em aparte, José Fogaça (PPS-RS) elogiou a coligação PT-PL. Roberto Saturnino (PT-RJ) e Tião Viana (PT-AC) consideraram a aliança um fato político histórico.

## Emilia: governo gaúcho é exemplo para o mundo

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse ontem que o governo do Rio Grande do Sul está dando exemplo, para todo o mundo, de como é possível implementar uma política de desenvolvimento econômico sem perder de vista o humanismo e as prioridades sociais.



Emilia: desenvolvimento sem perder de vista as prioridades sociais

Ao contrário da política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, que demonstra "grande insensibilidade para com as questões mais diretamente ligadas à população", Emilia ressaltou que o atual governo gaúcho tem conseguido êxito no desenvolvimento agrícola, industrial e de novas tecnologias, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida da população.

Valendo-se de dados divulgados pelo governo federal, a senadora apontou que o Rio Grande do Sul destaca-se hoje como um dos es-

tados que mais crescem na Federação. De 1999 a 2001, enquanto o país obteve crescimento industrial médio de apenas 1,7%, o Rio Grande do Sul cresceu 11,7%, mesmo sem a instalação da Ford. Segundo ela, o governo federal ajudou a levar a montadora para a

Bahia, estado que apresentou um dos piores desempenhos no crescimento industrial do país (uma queda de 6,6% no período).

Emilia disse que, após permanecer estagnado por quatro anos, a partir de 1999 o Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho voltou a crescer entre 3,5% e 4,6% ao ano, registrando receita recorde em exportações, de US\$ 6,3 bilhões, e colocando o estado como o segundo maior exportador do país. O PIB agropecuário gaúcho cresceu 12% no período 1999/2001, quando foi registrada safra recorde de grãos, de 18,3 milhões de toneladas.

## Francelino destaca apoio do PFL a Aécio Neves

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem a decisão do seu partido de apoiar a candidatura do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ao governo de Minas Gerais. Francelino destacou que a Executiva do PFL escolherá na segunda-feira os nomes do partido indicados para disputar os cargos de vice-governador e senador na chapa PSDB-PFL.

Segundo o senador, a decisão de apoiar Aécio foi tomada por deputados estaduais e federais que, "depois de controvérsia e



Francelino aponta atitude "desprendida e partidária" de Roberto Brant

compreensão, decidiram promover o entendimento que fosse melhor para o partido e para Minas Gerais".

Francelino elogiou a atitude "desprendida e partidária" do deputado Roberto Brant (PFL-MG), de desistir de sua candidatura para permitir

uma solução interna que não deixasse Minas Gerais de fora das decisões nacionais.

O senador rememorou as negociações políticas que possibilitaram a vitória de Tancredo Neves na disputa pela Presidência da República.

## Aliança PSDB-PMDB assegura estabilidade, diz Sartori

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) manifestou satisfação com os resultados das convenções nacionais do PSDB e do PMDB, no último fim de semana, que confirmaram a chapa José Serra-Rita Camata para concorrer às eleições para a Presidência da República. Sar-

tori lembrou que os dois partidos estão juntos desde 1995 na sustentação do processo de estabilidade econômica e das transformações nas áreas econômica e social do país e traçou um quadro das conquistas do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil, ressaltou o senador,

tem responsabilidade fiscal, estabilidade econômica e políticas sociais, e avança nas políticas rurais e urbanas. Ele também destacou os investimentos feitos pelo atual governo no ensino fundamental e no ensino superior, e as propostas que visam reduzir a discriminação e as desigualdades entre

ricos e pobres.

A confirmação da aliança PSDB e PMDB, entende Sartori, vai permitir que o país mantenha a estabilidade conquistada com o Plano Real, ficando "imune às tempestades que vêm de países vizinhos e do populismo irresponsável".



Chico Sartori lembra que PMDB e PSDB estão juntos desde 1995

# Tebet quer retirar imposto da cesta básica

Projeto que reduz a zero a alíquota do ICMS sobre 17 produtos essenciais é apresentado pelo senador. Ele também sugere que as famílias beneficiárias de programas de alimentos recebam em dinheiro o valor correspondente

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem, da tribuna, apresentação de duas proposições destinadas, conforme disse, a socorrer os 32 milhões de indigentes do país. A primeira, um projeto de resolução, determina alíquota zero no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado em 17 produtos da cesta básica. A segunda, uma indicação encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, visando permitir que as famílias carentes passem a receber em dinheiro o valor correspondente à cesta básica, nos mesmos moldes do programa Renda Minha, do governo federal.

Tebet afirmou que é um absurdo o governo cobrar ICMS da cesta básica — constituída por produtos como feijão, arroz, óleo, fubá, açúcar e farinha —, destinada ao atendimento de famílias carentes. Para ele, é preciso baratear mercadorias de consumo popular a fim de ajudar os que passam fome. O projeto acrescenta dispositivo à Resolução do Senado nº 22/89, e determina, segundo observou, a realização de convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para que a alíquota seja zerada.

Com relação ao recebimento em dinheiro do valor correspondente à cesta básica, Ramez Tebet salientou que a iniciativa tem duplo objetivo: permitir que famílias, de posse de um cartão magnético, passem a adquirir os produtos que julguem necessários para o seu sustento e retirar a distribuição de cestas básicas da competência de

**Enfoque fiscal diferenciado**

A desoneração dos alimentos básicos e produtos essenciais predomina na estratégia das nações. Entre os países pesquisados, apenas dois adotam alíquota única para todos os bens e serviços: Chile (18%) e a Dinamarca (25%). Nos outros países, há isenção ou redução de impostos para alimentos básicos.

**Alíquota zero:** Hungria, Irlanda, Portugal, Reino Unido e México.

**Isenção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA):** Suíça, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela.

**Alíquotas reduzidas:** Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Suécia, Turquia e Uruguai.

Fonte: RCM Consultores/1998.

governos estaduais. É que, segundo ele, alguns governos aproveitam-se da carência das famílias e utilizam a distribuição das cestas básicas para fins eleitorais.

## CONSELHO COMUNITÁRIO

Pela proposta, conforme detalhou o senador, caberia a um conselho comunitário, composto por lideranças locais, como padres, professores, advogados e integrantes de entidades representativas, a exemplo das associações comerciais, supervisionar o projeto de modo a assegurar o efetivo e pleno atendimento das famílias mais carentes. Os governos estaduais ficariam de fora.

— Queremos dar à dona-de-casa a oportunidade de escolher os produtos regionais que mais interessam à sua família sem que ela seja obrigada a receber um pacote pronto, decidido em área governamental. Com isso, estaremos racionalizando custos de

intermediação elevados existentes na cesta básica, além de incentivar os produtores regionais, que passarão a vender os alimentos diretamente ao consumidor — afirmou.

Em entrevista, Tebet disse que a apresentação dos dois projetos era a sua contribuição para minorar o problema da fome no país e manifestou sua expectativa de que as matérias, “pela sua justeza”, sejam aprovadas pelo Senado.

O senador acrescentou que os dois projetos estão interligados, ressaltando que o do ICMS atinge todos os consumidores, barateando o custo dos gêneros de primeira necessidade, enquanto o segundo dá dignidade ao beneficiário e evita a exploração política na distribuição da cesta básica. O senador lembrou que quando foi titular do Ministério da Integração Nacional instituiu a bolsa-renda dessa maneira, com êxito.

## Maldaner cobra a reforma tributária

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou, em discurso, ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que promova a reforma tributária ainda este ano e, assim, “feche seu governo com chave de ouro”.

— Essa é a grande saída para o país, pois vai desestimular os sonegadores e melhorar a competitividade do país no mercado externo, ampliando a geração de emprego e renda — declarou.

Maldaner invocou o discurso do senador Ramez Tebet (PMDB-MT) ao defender a substituição do fornecimento de cestas básicas a famílias carentes por uma ajuda financeira equivalente. Na oca-

sião, reconheceu que a garantia de renda mínima é uma das lutas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e destacou que experiência semelhante foi adotada pelo senador Ramez Tebet no Ministério da Integração Nacional, quando as famílias podiam retirar o valor das cestas básicas em dinheiro, nas agências dos Correios.

— É preciso dar um mínimo de dignidade de vida para essas pessoas — afirmou, defendendo a adoção de cartão magnético para efetuar esse auxílio financeiro.

Casildo Maldaner acredita que “a preparação do país para ingressar no futuro” requer a superação dos altos índices de criminalidade, a



Mudança na área dos tributos é a grande saída para o Brasil, afirma Casildo Maldaner

implementação da reforma tributária e a garantia de condições dignas de vida à população, temas que foram abordados pelo presidente do Senado.

## Heloísa pede liberação de crédito rural em Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo ao governo federal e às instituições oficiais de crédito para a imediata liberação de financiamentos aos agricultores da região do agreste de Alagoas. “São agricultores adimplentes, dando as garantias compatíveis



Segundo Heloísa Helena, bancos alegam falta de recursos

com os créditos que desejam, mas que não estão conseguindo obter a liberação dos recursos”, informou.

Heloísa considerou “insensibilidade e incompetência” o fato de o governo não liberar os créditos em tempo hábil. Segundo disse, o Ban-

co do Brasil e o Banco do Nordeste estão informando aos agricultores que não dispõem dos recursos necessários ao financiamento da safra.

Na opinião da senadora, todos já estão acostumados com a atitude hostil do governo federal e com a burocracia das instituições oficiais de crédito em relação à repactuação dos saldos devedores dos produtores rurais e à liberação de créditos para a agricultura familiar. “Mas criar obstáculos para agricultores adimplentes e com garantias já é incompetência demais”, frisou.

## Carlos Bezerra apóia pleitos de agricultor para nova safra

Ao manifestar seu apoio ao Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2002/2003, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou que o documento, elaborado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), contém 25 reivindicações do setor para o próximo plano de safra, que deve ser anunciado brevemente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

— A principal reivindicação é a destinação de R\$ 25 bilhões para o custeio e a comercialização da próxima safra. Se levarmos em conta que a atual safra contou com cerca de R\$ 18 bilhões de dinheiro público para essa finalidade, a proposta atual corresponde a um aumento, bastante razoável, de 38% — disse.

A utilização da safra como garantia dos empréstimos tomados é outra reivindicação contida no documento, e foi destacada por Carlos Bezerra como medida que representa uma evolução. Por enquanto, disse ele, a prática é corrente apenas em Mato Grosso, onde 80%

dos financiamentos têm essa garantia. No restante do Brasil, acrescentou, o costume é aceitar como garantia apenas as terras dos agropecuaristas.

Por fim, o senador enfatizou o pedido de aumento do limite de empréstimo por produtor rural, que é definido em razão da região

e do produto. O documento da CNA/OCB propõe que no Centro-Oeste, por exemplo, o limite passe para R\$ 300 mil para o sojicultor e R\$ 500 mil para o produtor de algodão, informou.

Carlos Bezerra argumentou ainda que, “no Brasil, não há atividade econômica que, a cada centavo investido de recursos públicos, crie maior quantidade de empregos e maior quantidade de divisas com exportação”.

— A agropecuária é a atividade sobre a qual podemos dizer, sem medo de errar, que somos um dos países mais competitivos no mundo. Conseguimos sê-lo mesmo tendo de concorrer com os produtos altamente subsidiados de Estados Unidos, União Européia e países da Ásia, inclusive Japão — observou.



Bezerra destacou competitividade da agricultura do país

## Maguito propõe vale-transporte para quem está desempregado

Os beneficiários do seguro-desemprego poderão também obter a concessão de vale-transporte, conforme projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). A matéria tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que vai deliberar sobre ela em caráter terminativo – ou seja, uma vez aprovada, caso não haja recurso para submetê-la à decisão do Plenário do Senado, irá direto para o exame da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, o benefício seria custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Ao justificá-lo, Maguito assinalou que o vale-transporte, por sua impor-



Roosevelt Pinheiro

Maguito diz que desempregado precisa do benefício

tância como instrumento de política social, já foi garantido a todas as categorias de trabalhadores. “Propomos agora a extensão do benefício aos que estejam recebendo o seguro-desemprego, porque eles, na condição de desempregados, necessitam ainda mais do vale-transporte para locomover-se de casa para procurar trabalho ou participar de cursos de qualificação”, explicou.

Para Maguito, as prestações do seguro-desemprego nem sempre são suficientes para manter a família do trabalhador, e os gastos com transporte têm de ser limitados.

### Metade dos passageiros usa o benefício

O vale-transporte foi instituído no Brasil em 1985 pela Lei nº 7.418. Atualmente, ele beneficia mais de 20 milhões de trabalhadores do setor público e privado. Um levantamento feito pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU), nas capitais brasileiras, mostrou que em 2001, em média, 49,5% dos passageiros pagantes utilizaram o vale para pagar os seus deslocamentos. Palmas (TO), Belo Horizonte (MG) e Porto Velho (RO) são as cidades com maior incidência do benefício em relação ao total de passageiros pagas no transporte coletivo urbano.



## Mozarildo registra 180 anos do Grande Oriente do Brasil

Os 180 anos de existência do Grande Oriente do Brasil, marco da maçonaria brasileira, foram saudados ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Segundo o senador, a defesa dos princípios de igualdade, solidariedade, justiça, cidadania e liberdade continua a nortear as ações da maçonaria, representada no país por mais de duas mil lojas e 62 mil maçons ativos.

A participação da maçonaria em acontecimentos marcantes da vida política, econômica, social e cultural do país mantém-se até hoje, destacou Mozarildo, principalmente com a atuação de dezenas de parlamentares maçons no Congresso Nacional. Em abril, por exemplo, deputados federais e senadores receberam propostas de intervenção nas áreas de seguran-



José Cruz

Maçonaria mantém seus princípios, afirma Mozarildo

ça, meio ambiente, combate às drogas, saúde, educação, soberania nacional e defesa da Amazônia, elaboradas em encontro nacional da maçonaria.

– Os documentos entregues aos irmãos parlamentares expressam a sugestão do povo maçônico, que nada mais é do que o reflexo do pensamento da sociedade brasileira – afirmou o senador, que relembrou as origens da instituição no Brasil.

De acordo com Mozarildo, a primeira loja maçônica do país, a Cavaleiros da Luz, surgiu em 1797, em Salvador (BA). Já a fundação do Grande Oriente do Brasil ocorreu em 1822, no Rio de Janeiro, tendo à frente José Bonifácio de Andrada e Silva, o primeiro grão-mestre da maçonaria brasileira.

# Rocha: combate ao câncer de próstata pode ser alterado

Senador anuncia que vai propor mudanças na legislação para estimular parcerias com secretarias estaduais e municipais de Saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem, em Plenário, que vai apresentar proposta de alteração da Lei nº 10.289, acatando sugestões apresentadas pela área médica, a fim de aperfeiçoar o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. As sugestões – explicou o senador – foram levantadas recentemente, em oficina de trabalho realizado visando ao consenso sobre aquele programa, com a participação da comunidade científica.

As mudanças propostas na lei, segundo Rocha, objetivam, principalmente, adequar o texto aos critérios técnico-científicos, estimulando, na execução do programa, as parcerias com secretarias estaduais e municipais de Saúde, de modo a colocar à disposição da população masculina acima de 50 anos exames para a detecção precoce do câncer de próstata.

Rocha fez ainda, durante seu pronunciamento, um balanço de algumas providências que tem tomado no Senado com vistas à melhoria da saúde da população,

**Câncer de próstata em números**

O câncer de próstata é o segundo mais comum em homens, o primeiro em incidência é o câncer de pele não melanoma. Atinge principalmente os homens acima de 50 anos de idade. Segundo as Estimativas de Incidência e Mortalidade por Câncer no Brasil, do Instituto Nacional de Câncer, deverão ocorrer 25.600 novos casos de câncer de próstata em 2002. E 7.870 óbitos. Em consequência do retardo no diagnóstico, é o quarto tipo mais mortal de câncer no país.



destacando o projeto que obriga as empresas a dispensarem suas funcionárias um dia durante o ano para que elas possam fazer exames de prevenção do câncer e outras doenças.

O senador informou, ainda, que pretende promover alterações no projeto de sua autoria que proíbe a clonagem humana, de modo a permitir a realização de clonagem terapêutica a partir de células somáticas, para com isso garantir os benefícios do avanço da medicina aos portado-



José Cruz

Sebastião Rocha acata sugestões da área médica

res de doenças degenerativas como o mal de Parkinson e a esclerose múltipla.

Sebastião Rocha afirmou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá aprovar, após as eleições, outra proposta de grande im-

portância para a área da saúde, por ele relatada, que passa a tratar como crime o uso do silicone injetável, que tem provocado vários casos de danos corporais e até mesmo de morte no país.

## Obesidade exige prevenção, alerta Carlos Bezerra

Preocupado com os riscos que a obesidade causa à saúde, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) conclamou os poderes públicos, os educadores, os trabalhadores da área de saúde e as famílias a se empenharem na luta contra as causas do problema. O senador mencionou em especial a obesidade infantil, que, segundo dados da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade, aumentou de 3% para 15% entre 1975 e 1997.

O senador citou estudos segundo os quais a probabilidade de uma criança com sobrepeso tornar-se obesa é de 70%, enfatizando que doenças sérias, como infarto do miocárdio, derrame, diabetes tipo dois, arteriosclerose precoce, hipertensão, depressão, doenças articulares e gota podem ser provocadas ou acentuadas pelo excesso de gordura no organismo. Ele ressaltou que, de acordo com a Organização Mundial



da Saúde, as pessoas obesas têm probabilidade de morrer precocemente dez vezes maior que as não obesas.

Entre as causas da obesidade infantil, Carlos Bezerra citou a mudança na rotina das crianças, que têm substituído as brincadeiras ao ar livre por TV, computador e *videogames*, e o consumo de comidas industrializadas, “de grande poder de sedu-

ção, mas de baixa qualidade nutritiva”.

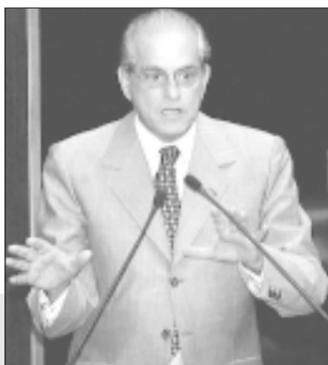
Carlos Bezerra afirmou que uma solução verdadeira e duradoura para o problema só pode ser alcançada com a realização de amplas campanhas educativas que conscientizem pais e crianças e estimulem a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a prática de esportes e atividades ao ar livre.

# Ramez Tebet defende união dos Poderes contra violência

Somente a mobilização nacional, com ações concretas do Legislativo, Executivo e Judiciário, pode combater o crime organizado, afirmou

O quadro da violência no país indica a necessidade de mobilização nacional destinada a pôr fim ao avanço da criminalidade. Foi o que defendeu ontem, da tribuna, o presidente do Senado, Ramez Tebet. Segundo disse, é necessário que os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – unam-se e apresentem soluções concretas para que a onda de violência, agravada principalmente pela atuação do crime organizado, seja combatida com rigor.

– O recrudescimento da violência vem assustando toda família brasileira. A verdade é que existe no país um clima de intranquilidade profundo. Em algumas regiões, como no Rio de Janeiro, o crime organizado está



Presidente do Senado advertiu que “existe no país um clima profundo de intranquilidade”

vencendo o próprio Estado, o que é um absurdo – observou Tebet. Ele advertiu que, em virtude do crescimento da criminalidade, “o Brasil já está sendo comparado à Colômbia”.

O presidente do Senado destacou que o avanço da violência é tão grande que, no Rio de Janeiro, por exemplo, de acordo com dados oficiais, de cada cinco cariocas um vive às expensas do crime organizado. Para Tebet, o número “é assustador e chega a mexer com os nossos sentimentos patrióticos”.

Apesar de reconhecer que o Congresso Nacional “vem fazendo a sua parte” – como a criação da Comissão Mista de Segurança Pública destinada a propor medidas contra a violência –, Tebet considera que o problema alcança níveis tão alarmantes que é necessária a união dos três Poderes para que, juntos, apresentem soluções concretas com o objetivo de combater a criminalidade.

## Futuro do país está comprometido, alerta Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou ontem, em Plenário, números sobre assassinatos no Distrito Federal publicados pelo *Correio Braziliense*. Diz o jornal na reportagem “Cidade Armada” que houve, na capital do país, 736 homicídios em 2001, sendo 511 por arma de fogo. Em 259 dos casos as vítimas eram jovens entre 15 e 24 anos, disse.

Jucá pediu a transcrição da reportagem nos Anais do Senado, e disse que os números apresentados mostram que “o futuro do país está comprometido” devido à morte de muitos jovens. Conforme o senador, a posse de tan-

tas armas de fogo por pessoas despreparadas para utilizá-las está levando a sociedade brasileira a uma escalada de violência.

– E Brasília, com números tão assustadores, é uma das cidades com maior contingente de policiais militares e civis do país, porque quem paga por esse contingente é o governo federal. Essas armas, nas mãos de gente desqualificada para o uso, levam ao



Romero Jucá anunciou a assinatura de convênios para o combate à violência

assassinato por motivos como ciúmes, vingança ou desentendimento casual, como informa o jornal. Ou seja, ter a posse da arma no momento de um desentendimento leva ao assassinato – alertou o senador.

Romero Jucá também anunciou a assinatura de convênios, no valor de R\$ 160 milhões, entre o governo federal e os estados para ações de combate à violência.

## Assassinato de jovens aumentou nos últimos anos

O estudo “Mapa da Violência III”, divulgado em maio pela Unesco no Brasil, mostra que os jovens entre 15 e 24 anos são o principal alvo da violência no país. Enquanto a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 para 573 em 100 mil habitantes em duas décadas (1980 a 2000), a taxa de mortalidade referente à juventude subiu, passando de 128 para 133/100 mil habitantes. O aumento está associado a causas externas como acidentes de trânsito e, principalmente, homicídios. Para a Unesco, há uma epidemia de assassinatos de jovens no Brasil, que fica atrás apenas da Colômbia e Porto Rico entre

as 60 nações analisadas pelo órgão.

Entre 1991 e 2000, os assassinatos nessa faixa etária cresceram 77%. Em 2000, 70,3% dos jovens que morreram foram vítimas de causas externas, sendo que os homicídios representaram a maior parte – 29,5% foram mortos por armas de fogo. As capitais onde mais se matam jovens no Brasil são, pela ordem, Recife, Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá.

Outro dado da Unesco mostra que as armas de fogo são usadas em 68,3% dos homicídios no país. O governo federal estima que existam 3 milhões de armas de fogo em poder da população.

## Lobão destaca iniciativas que tornam a Justiça mais rápida

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a participação da sociedade na busca de iniciativas que estão aliviando o Judiciário da sobrecarga de trabalho. Juizados especiais de pequenas causas e outros mecanismos locais e nacionais de arbitra-



Sociedade está combatendo a lentidão do Judiciário, disse Edison Lobão

gens e conciliação foram destacados pelo senador como instrumentos importantes para combater a lentidão da Justiça.

– A imprensa, infelizmente, não tem dado destaque a essas importantes iniciativas, mas li recentemente que a juíza aposentada Vera Regina Muller, por exemplo, até outubro do ano passado, em parceria com juízes, promotores, defensores públicos e universidades, ajudou a montar 26 centrais e três varas de execuções de medidas alternativas país a fora. Uma contribuição que alivia a crise do sistema penitenciário – afirmou.

### CIDADANIA

A experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que criou a Escola de Cidadania, foi destacada pelo senador. Por intermédio do programa, juízes vão às escolas de ensino fundamental discutir com professores e alunos como funcionam as instituições do

Judiciário. Também ensinam às lideranças locais a servirem como mediadores nos problemas cotidianos da cidade, eliminando os conflitos logo que eles aparecem.

Edison Lobão contou outra experiência bem-sucedida que está ocorren-

do no Rio de Janeiro. Lá, juízes têm delegado a conciliadores voluntários a tarefa de negociação entre as partes. Os magistrados se limitam a homologar a decisão alcançada, o que tem proporcionado a redução do trabalho, tempo e custo dos processos. No Amapá, acrescentou o senador, juízes vão de barco até as populações ribeirinhas para decidir as questões menores.

– Essas atividades demonstram que a sociedade brasileira procura achar soluções para os problemas judiciários, enquanto vive a expectativa das aguardadas reformas estruturais ou de ajudas orçamentárias. Há uma compreensão generalizada de que a violência social e a lentidão da Justiça são faces da mesma moeda – comentou Edison Lobão.

Uma das medidas esperadas pela população, afirmou, é a reforma do Judiciário.

## Transparência das empresas de obras rodoviárias é ressaltada

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o Relatório 2001 da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) demonstra a preocupação da entidade com a ética e transparência nas relações institucionais e financeiras das empresas do ramo com o setor público.

Segundo observou, a regularidade dos pagamentos do setor público às construtoras, os termos estabelecidos nos editais de concorrência, a programação de obras e a participação do setor na discussão das políticas públicas sempre são focos de atrito, dúvidas e questionamentos. Diante disso, ele ressaltou a importância da atuação da Aneor, que tem

como um de seus objetivos a transparência nas relações das empresas com o Estado.

O trabalho da associação, disse Jucá, merece destaque não apenas do ponto de vista da atuação ética das empresas representadas, mas também pela contribuição para que o setor público cumpra o que estabelece a Constituição quanto à legalidade, impessoalidade e transparência das ações governamentais.

– Propostas, sugestões e reivindicações legítimas, defendidas com ética e transparência por empresas privadas, muitas vezes ajudam e complementam o objetivo público e o interesse da coletividade – disse Jucá.